

Coluna do Castello

Por que Sarney quer antecipar

**P**ara o presidente José Sarney, a definição prévia da duração do mandato presidencial impõe-se não para atender à ansiedade do governo, mas para desobstruir o caminho de votação do texto constitucional, bloqueado por essa questão política que envolve interesses conflitantes que vêm dominando e embarçando a elaboração do texto constitucional. Ele concorda com o deputado Ulysses Guimarães em que é imperativa a votação o quanto antes da Constituição, pois seu retardamento desestabiliza o governo e o país, penderes de definições que não se concretizam.



Desde o começo, os trabalhos constitucionais viriam sendo tumultuados pela incidência neles de aspirações presidenciais, como a do presidente do PMDB, de interesses de facções como as conduzidas pelo senador Mário Covas e pela perplexidade e escassa competência do relator da Comissão de Sistematização, intimidado pelas pressões internas e temeroso por natureza de expor-se a retaliações que não teria sequer temperamento para enfrentar. Tais questões estariam tumultuando todo o processo e impedindo que um articulado coerente resultasse do trabalho das diversas comissões incumbidas de elaborar o projeto básico, cujas linhas gerais pudessem ser encampadas pela maioria dos constituintes.

O presidente da República alega não estar trabalhando especificamente pelo mandato de cinco anos, embora tenha definição notória em favor de uma decisão que entende adequada à conclusão da transição democrática, que se completaria com a elaboração de leis e de medidas executivas destinadas a preparar o terreno para que o futuro presidente assumira o governo, num país mais estabilizado e mais confiante nas regras de governabilidade que deverão estar então definidas. "Eu não quero entregar o governo a alguém que esteja pelas circunstâncias sob ameaça de ser deposto", disse.

O conflito entre os partidários dos quatro anos e dos cinco anos gerou, segundo o presidente transmitiu aos ministros de estado em recentes reuniões, dificuldades para qualquer solução razoável do processo político-institucional. Tumulada e bloqueada pela discussão do problema, que permeia os bastidores da Constituinte, vai-se evidenciando que, ainda que vitoriosos os partidários da redução do seu mandato, a demora da votação do texto, provocado pela interceptação dos temas vitais da Constituição, vai tornando inviável a realização de eleição presidencial em 1988. No ritmo em que as coisas se processam não se pode prever a votação da Carta Magna

antes de julho ou agosto. Só tal fato poderia inviabilizar a eleição para este ano, conforme a proposta dos seus adversários.

Essa seria a razão principal que o induz a trabalhar pela inversão da pauta constitucional de modo a aliviar a Assembléia do peso deste trauma político gerado pelo conflito de posições, cuja tônica deve ser procurada na incidência de interesses estranhos ao próprio problema constitucional. O sr José Sarney estaria convencido de que, sem retirar a Assembléia dessa zona de conflito, não haverá Constituição tão cedo e a eleição, já ameaçada para este ano, poderá inviabilizar-se até mesmo para o próximo ano. A um ministro que admitiu a volta do mandato de seis anos, o presidente respondeu: "Deus jamais há de permitir que isso aconteça".

Lembrou também o presidente que o conflito que bloqueia o andamento da discussão e votação do projeto constitucional já precipitou a desagregação dos partidos, impossibilitados de ter uma presença coerente e uniforme nas diversas etapas em que se vai estruturando o texto, basicamente ainda distante de um consenso das forças que compõem a maioria da Assembléia Nacional Constituinte. Os interesses da política paulista, que envolvem as candidaturas dos srs Ulysses Guimarães e Mário Covas e a luta pelo poder naquele Estado, seriam um dos fatores desestabilizadores da Constituinte e que dramatizam a tentativa do presidente da Assembléia e do PMDB de reunir em Brasília número suficiente de constituintes para tomar as decisões que já não podem ser adiadas sem graves prejuízos para o país.

Como presidente da República, o sr José Sarney sente que a indefinição constitucional afeta não só o poder de governar o país como as condições internas e externas para gerir um programa de estabilização e desenvolvimento. Ele não quer ser apontado como fator de interdição do processo constitucional. Por isto mesmo vem mobilizando a influência de que dispõe para retirar de pauta, resolvendo-a desde logo pelo voto, a questão da duração do seu mandato. "A sociedade brasileira", disse o presidente, "não agüenta mais essa indefinição. Tudo já está desestabilizado".

Os aumentos de vencimentos

O presidente da República atribui a fatores independentes da sua vontade elevações dos vencimentos de servidores públicos, determinadas por fontes de ação do estado que estão fora de controle. Citou como exemplo o caso das universidades, as quais, fundadas no princípio da sua autonomia, concederam aumentos superiores a 2.000%. Isso teria provocado nos tribunais atitude semelhante e igualmente desestabilizadora.

Quanto aos aumentos de salários no Banco do Brasil, o Presidente os arrola como decisões das empresas estatais, que conseguem sempre escapar ao controle da administração central.

Carlos Castello Branco